

Explosão de Covid não muda programação de cinemas, museus e restaurantes em SP

Apesar da disparada das infecções por coronavírus e do surto de gripe em São Paulo, parte do calendário de atrações culturais da capital tenta seguir sem grandes mudanças. Museus, salas de cinema, restaurantes e bares continuam com suas programações intactas.

Teatros também tentam ter vida normal em meio ao avanço da Covid. Alguns espetáculos tiveram suas estreias adiadas por causa de resultados positivos no elenco e na equipe, mas parte do circuito paulistano continua a todo o vapor.

Um exemplo é a peça infantil "Momo e o Senhor do Tempo", em que uma menina tenta recuperar o tempo de sua cidade. A produção

estreia neste sábado (15), no teatro Alfredo Mesquita. Já "Sem Palavras" continua com a abertura de sua temporada no Sesc Pompeia marcada para o dia 20 de janeiro.

Os principais cinemas da cidade também seguem funcionando normalmente, com calendário normal de estreias. Todas as salas procuradas pela reportagem dizem que obedecem às orientações da prefeitura e os protocolos vigentes -ou seja, têm capacidade total de ocupação, exigem o uso de máscara e disponibilizam álcool em gel.

A exceção é o Museu de Zoologia da USP, que diminuiu a capacidade máxima de visitantes a partir deste sábado (15). Outros espaços públicos que estão sob o guarda-chuva da Secretaria de

Cultura e Economia Criativa, porém, como a Pinacoteca e o Museu da Língua Portuguesa, não devem ter mudanças.

O setor gastronômico é outro que não deve mexer no seu funcionamento -ao menos enquanto não for obrigado pelo governo e pela prefeitura a fazer isso.

"Parece claro que não são os bares e os restaurantes que multiplicam a Covid", diz Percival Maricato, presidente do conselho estadual da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de São Paulo, a Abrasel-SP.

Mas lembre-se de que as internações por causa da variante ômicron do coronavírus estão crescendo. Se decidir sair de casa mesmo assim, use máscara o tempo todo e evite aglomerações. Folhapress



Economia



Veja o que está em jogo na renegociação de dívidas de empresas do Simples

Página - 03

Planos de saúde projetam alta no número de clientes impulsionada pela Covid

Página - 03



Mercado de opções de criptomoedas impede Bitcoin de cair abaixo de US\$ 40 mil, diz fundo

Página - 05

Rio de Janeiro estuda aplicar Tesouro em criptomoeda e dar desconto para IPTU pago em Bitcoin Pg - 05



Política

Secretários da Fazenda decidem encerrar congelamento de ICMS sobre combustíveis

Página - 04

Lula tem 44%, Bolsonaro, 24%, e Moro e Ciro estão empatados, aponta Ipespe

Página - 04

No Mundo

Hong Kong proíbe trânsito aéreo de passageiros de 153 países



O aeroporto de Hong Kong anunciou hoje (14) a proibição do trânsito de passageiros de mais de 150 países a partir de domingo (16), para evitar a propagação da covid-19.

A suspensão, que afeta países classificados como de “alto risco” pelas autoridades de Hong Kong, vai vigorar durante um mês.

A medida amplia lista de países que já eram alvo de suspensão, incluindo agora passageiros procedentes de Portugal, Angola, Moçambique e Cabo Verde.

O objetivo é controlar a propagação da variante Ômicron, altamente contagiosa,

justifica o aeroporto em seu site.

Hong Kong já tinha proibido o acesso ao território, desde 8 de Janeiro, de qualquer passageiro que tivesse permanecido mais de duas horas nos últimos 21 dias em oito países - Austrália, Canadá, Estados Unidos, França, Índia, Paquistão, Filipinas e Reino Unido.

Visitantes desses países poderão ainda entrar na cidade desde que sejam vacinados e submetidos a quarentena de 21 dias.

Juntamente com a China continental e Macau, Hong Kong é um dos últimos lugares do mundo a aderir à estratégia “covid zero”, que con-

siste em evitar a propagação do coronavírus a todo o custo, e à política de isolamento dos pacientes e de seus contatos.

A estratégia permitiu à cidade, de 7,5 milhões de habitantes, registrar pouco mais de 12 mil casos da doença e apenas 213 mortes desde o início da pandemia.

As autoridades estão em alerta desde o pequeno surto local da Ômicron em restaurante, que desencadeou campanhas maciças de testes, rastreamento frenético de casos de contato, fechamento de bares, instalações desportivas, escolas, cinemas e museus, bem como o encerramento dos serviços de restaurantes a partir das 18h.

RTP/ABR

Europa lista inflamação como possível efeito colateral da AstraZeneca

Um painel de segurança da agência reguladora europeia de saúde recomendou nesta sexta-feira (14) acrescentar uma rara inflamação vertebral, chamada mielite transversa, como um possível efeito colateral da vacina da AstraZeneca contra a covid-19.

A vacina enfrentou uma série de contratemplos, incluindo atrasos na produção e investigações de reguladores após casos raros de efeitos colaterais graves, como coágulos sanguíneos com níveis baixos de plaquetas, o que levou a restrições ao uso do imunizante em vários países.

O comitê de segurança da Agência Europeia de Medicamentos (EMA) também reiterou a recomendação para

que um alerta semelhante seja incluído para a vacina de uma dose da Johnson & Johnson.

A mielite transversa é caracterizada por uma inflamação de um ou ambos os lados da medula espinhal e pode causar fraquezas nos braços ou pernas, com sintomas sensoriais ou problemas nas funções urinárias e digestivas.

O comitê, após revisar os dados, concluiu que a relação causal entre as duas vacinas e a mielite transversa é, ao menos, uma possibilidade razoável. Entretanto, acrescentou que a relação risco-benefício de ambas as vacinas continua inalterada.

A AstraZeneca não respondeu imediatamente a um pedido da Reuters para comentar o assunto.

Reuters/ABR



Elefantes morrem após comer lixo plástico em aterro no Sri Lanka



Veterinários e ambientalistas alertam que lixo plástico em aterro a céu aberto no leste do Sri Lanka está matando elefantes. Dois animais foram encontrados mortos no último fim de semana.

Cerca de 20 elefantes morreram nos últimos oito anos, depois de consumir lixo plástico no aterro da vila de Pallakkadu, no distrito de Ampara, cerca de 210 quilômetros (km) a leste da capital, Colombo.

Exames realizados nos animais mostraram que eles engoliram grande quantidade de plástico não degradável encontrado em depósito

de lixo, segundo o veterinário da vida selvagem Nihal Pushpakumara.

“Polietileno, embalagens de alimentos, plástico e água foram as únicas coisas que pudemos ver nas autópsias. A comida normal que os elefantes comem e digerem não era evidente”, disse.

O número de elefantes diminuiu de cerca de 14 mil no século 19 para 6 mil em 2011, de acordo com o primeiro censo desses animais no país. Eles estão cada vez mais vulneráveis devido à perda e degradação do seu habitat natural.

Muitos aventuram-se em busca de comida e alguns

são mortos por caçadores ou agricultores, furiosos com os danos nas plantações.

“Os elefantes famintos procuram o lixo no aterro, consumindo plástico e objetos pontiagudos que danificam o sistema digestivo”, afirmou Pushpakumara.

Em 2017, o governo anunciou que ia reciclar o lixo perto de zonas de vida selvagem para evitar que os elefantes consumam resíduos plásticos.

O governo informou também que seriam colocadas cercas elétricas em volta dos locais para manter os animais afastados, mas nenhuma das medidas foi totalmente implementada.

RTP/ABR

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Veja o que está em jogo na renegociação de dívidas de empresas do Simples



A semana dos empreendedores brasileiros, que começou com o veto de Jair Bolsonaro (PL) ao projeto de renegociação de débitos, termina com novas possibilidades de refinanciamento, insegurança jurídica e movimentações em busca de apoio no Congresso para derrubar a decisão presidencial.

O que está em jogo é a permanência em um regime tributário mais amigável, o Simples. Quem deve ao Fisco aguardava pela aprovação do Relp (Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional) para regularizar a situação.

A não quitação da dívida pode bloquear o acesso à taxa diferenciada ou

até resultar na desativação do CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas).

“Se alguém está querendo o parcelamento, é porque deseja trabalhar na regularidade, e se deixou de pagar, não foi porque quis”, diz Joseph Couri, presidente do Simpi (Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias).

Ele explica que, caso uma empresa perca o acesso ao Simples, terá a alíquota de impostos elevada de aproximadamente 4% para cerca de 34% sobre o faturamento. Esse problema, diz Couri, pode empurrar milhões de negócios para a informalidade.

“Se falarmos que 5.000 empresas têm débitos tributários vencidos, podemos dizer que se trata de uma questão de gestão. Mas se o governo

diz que 1,8 milhão de empresas estão inclusas na dívida ativa do Simples, além de 160 mil MEIs, aí o problema é do próprio governo.”

O Simpi acredita que o cálculo do governo está defasado. Para o sindicato, cerca de 3 milhões de empreendedores têm dívidas tributárias. O governo calcula que o valor a ser refinanciado pode chegar a R\$ 50 bilhões.

A proposta barrada por Bolsonaro previa o pagamento em até 180 meses. O Relp estipulou parcelas mínimas de R\$ 300 a quem aderisse, com exceção dos MEIs, que poderiam pagar, no mínimo, R\$ 50 por mês.

A entidade espera que o veto seja integralmente derubado no Congresso.

Eduardo Sodré/Folhapress

Vendas do comércio crescem 0,6% em novembro com efeito menor da Black Friday



O volume de vendas do comércio varejista do país cresceu 0,6% em novembro de 2021, na comparação com outubro, informou nesta sexta-feira (14) o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O desempenho ficou acima das expectativas do mercado financeiro. Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam estagnação (0%) nas vendas.

Mesmo com o avanço no geral, cinco das oito das atividades tiveram resultado negativo no período. O IBGE ainda afirma que, em novembro, houve um efeito menor das vendas da Black Friday em 2021.

Frente a novembro de

Planos de saúde projetam alta no número de clientes impulsionada pela Covid

O setor de planos de saúde espera fechar o balanço do ano de 2021 com alta de 2,8% no número de clientes, seu melhor desempenho desde 2013. Se confirmada a projeção, os convênios terão se aproximado da marca de 49 milhões de beneficiários de planos médico-hospitalares -o maior patamar desde dezembro de 2015.

A estimativa é da Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde), entidade que representa os principais grupos de operadoras de planos de saúde do país. A conta final será fechada nas próximas semanas.

Com a pandemia da Covid-19, o segmento passou a ganhar usuários mês a mês de forma contínua, após anos de

perda. Foram 2,2 milhões de novas adesões desde junho de 2020, totalizando 48,6 milhões de clientes até meados de dezembro do ano passado.

O movimento, segundo a diretora-executiva da FenaSaúde, Vera Valente, reflete a “busca natural por segurança” em um momento de crise sanitária. A pandemia também impulsionou a valorização do SUS, universal e gratuito -sobretudo em relação à vacinação.

“Maior concorrência, planos mais acessíveis, segmentação de coberturas e melhor eficiência operacional são medidas que podem ajudar a ampliar ainda mais o acesso à saúde para a população brasileira em 2022”, diz Vera sobre o segmento privado.

Mônica Bergamo/Folhapress



2020, o varejo teve queda de 4,2%, indicou o IBGE. Nesse recorte, a projeção de analistas era de retração de 5,7%.

O instituto indicou ainda que, no acumulado de 2021, o comércio registrou avanço de 1,9% até novembro. Em período maior, de 12 meses, também houve crescimento de 1,9%.

Em novembro frente a outubro, houve quedas nas seguintes atividades: móveis e eletrodomésticos (-2,3%), tecidos, vestuário e calçados (-1,9%), combustíveis e lubrificantes (-1,4%), livros, jornais, revistas e papelaria (-1,4%) e equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-0,1%).

Por outro lado, houve crescimento em hipermerca-

dos, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,9%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (1,2%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (2,2%).

Após os impactos iniciais da pandemia, o varejo passou a apostar na redução de restrições a atividades e na reabertura de lojas para se recuperar.

A retomada, contudo, vem sendo ameaçada pelo cenário de escalada da inflação, juros mais altos e renda fragilizada. Os fatores, em conjunto, afetam o poder de compra da população.

Em meio a esse contexto, o varejo brasileiro teve uma Black Friday considerada morna em novembro.

Leonardo Vieceli/Folhapress

Política

Secretários da Fazenda decidem encerrar congelamento de ICMS sobre combustíveis



Em votação realizada nesta sexta-feira (14), os secretários estaduais da Fazenda formaram maioria contra a prorrogação do congelamento do valor do ICMS cobrado nas vendas de combustíveis marcado para o final deste mês.

Dessa forma, o descongelamento do imposto deve acontecer como previsto inicialmente, em 31 de janeiro.

A votação foi realizada pelo Comsefaz, o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal, e faltava apenas um voto para ser encerrada na tarde desta sexta.

Rafael Fonteles, presidente do Comsefaz, diz que algum estado ainda pode propor formalmente a manutenção

do congelamento no Confaz, mas crê que isso não acontecerá, dado que já há uma maioria contra a proposta.

“Os estados deram a sua contribuição para redução da volatilidade dos preços dos combustíveis, o que não foi feito pela Petrobras ou pelo governo federal. E ficou comprovado que essa volatilidade não depende do valor do PMPF ou da alíquota de ICMS, que não tem alteração há vários anos”, diz Rafael Fonteles, presidente do Comsefaz.

“Logo, não tem sentido a população ser penalizada duplamente: alta volatilidade dos preços dos combustíveis e ainda ter a diminuição de recursos para Saúde, Educação e Segurança Pública”, conclui Fonteles, que é secretário no Piauí.

O presidente Jair Bolsonaro (PL) transformou o valor do ICMS em motivo de embate com os governadores. Ele apontava o imposto estadual como responsável pela inflação nos valores dos combustíveis, o que sempre foi contestado pelos governadores.

Os estados decidiram, então, congelar o valor do ICMS entre novembro de 2021 e o final de janeiro, o que não impediu que novas altas acontecessem, como os governadores diziam.

Na reunião, os secretários disseram que o “efeito didático” que esperavam ter nesses três meses chegou ao seu máximo: já ficou claro, avaliam, que a influência do ICMS na alta de preços é praticamente inexistente.

Fábio Zanini/Folhapress

Teto de gastos não deve ser mudado e fez país crescer, diz Meirelles, assessor econômico de Doria

Responsável por criar o teto de gastos quando era ministro da Fazenda há cinco anos no governo Michel Temer (MDB), Henrique Meirelles rebate as recorrentes críticas à medida dizendo que ela gerou enormes benefícios ao país.

Para Meirelles, ajustes na regra não são necessários. O teto de gastos limita o crescimento das despesas à inflação. “Não defendo alteração nenhuma. Coloca-se um limite e ponto final”, afirmou em entrevista à reportagem por telefone, após ser anunciado oficialmente assessor econômico do pré-candidato a presidente João Doria (PSDB).

Atual secretário da Fazenda do estado de São Paulo, Meirelles disse que a recuperação vivida pelo país após a crise de 2015 e 2016 foi

uma consequência direta do teto implementado por ele e que o limite não desacelerou a atividade, mas a acelerou.

“Sem ele, estaríamos no mesmo regime de expansão insustentável [de gastos]”, afirma. O ex-presidente do Banco Central no governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e ex-executivo do setor financeiro diz que a visão da despesa pública para aumentar a atividade é ultrapassada, mas que seria possível fazer investimentos públicos com reformas.

Esta é a quarta e última de uma série de entrevistas sobre os cinco anos do teto de gastos com os atuais assessores econômicos dos principais postulantes ao Palácio do Planalto em 2022. A ordem de publicação seguiu o desempenho na última pesquisa Datafolha.

Fábio Pupo/Folhapress



Lula tem 44%, Bolsonaro, 24%, e Moro e Ciro estão empatados, aponta Ipespe



Pesquisa Ipespe encomendada pela XP Investimentos e divulgada nesta sexta-feira (14) mostra que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) segue na liderança do primeiro turno da disputa eleitoral para a presidência em 2022, com 44% das intenções de votos.

O petista aparece com uma vantagem de 20 pontos percentuais sobre o segundo colocado, o presidente Jair Bolsonaro (PL), com 24%, mesmos índices do levantamento realizado em dezembro.

Na sequência, aparecem o ex-juiz Sergio Moro (Podemos), com 9%, e o ex-governador Ciro Gomes (PDT), com 7%. Como a margem de erro é de 3,2 pontos percentuais, os dois estão tecnicamente empatados.

Os dois estão tecnicamente empatados.

O governador de São Paulo, João Doria (PSDB), tem 2%; a senadora Simone Tebet (MDB), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), e Luiz Felipe D’Ávila (Novo) têm 1% cada. Brancos, nulos, nenhuma das opções e não iriam votar somam 6%; e não sabem ou não responderam, 7%.

O levantamento ouviu 1.000 pessoas, com 16 anos ou mais, entre os dias 10 e 12 de janeiro de todas as regiões do país. As entrevistas foram telefônicas. O índice de confiança, segundo o instituto, é de 95,5%.

A pesquisa foi registrada no TSE sob o número BR-09080/2022. Os percentuais que não totalizam 100% são

decorrentes de arredondamento ou de múltiplas alternativas de resposta, segundo o Ipespe.

O instituto pesquisou um segundo cenário para o primeiro turno, com o senador Alessandro Vieira (Cidadania) e sem Moro. Em entrevista à revista Veja, publicada nesta sexta, o ex-ministro da Justiça do governo Bolsonaro disse que não pretende abrir mão de sua candidatura.

No cenário sem Moro, Lula mantém 44% das intenções de voto, e Bolsonaro oscila um ponto para cima, ficando com 25%. Na sequência aparecem Ciro, que soma 9%, Doria, com 3%, Tebet, agora com 2%, Pacheco, Vieira e D’Ávila, que têm 1% cada.

Folhapress

Mercado de opções de criptomoedas impede Bitcoin de cair abaixo de US\$ 40 mil, diz fundo



Embora a correlação entre ações e criptomoedas tenha se tornado mais aparente ao longo do ano passado, o fundo de ativos digitais QCP, baseado em Singapura, acha que há um limite para isso. O motivo, disse em nota, é o crescimento da importância das opções de criptomoedas.

À medida que os mercados de Bitcoin (BTC) e Ethereum (ETH) seguiam o sentimento de baixa do mercado de ações no início da semana, as duas criptomoedas caíram abaixo de US\$ 40.000 e US\$ 3.000, respectivamente.

A QCP escreveu que houve uma recuperação por cau-

sa do número de strikes (preços de exercícios) nas marcas de US\$ 40.000 para o BTC e de US\$ 3.000 para o Ether, realizados por baleias (termo usado para se referir a grandes detentores de ativos).

O fundo de criptomoedas observou que havia uma contraparte comprando uma grande quantidade de reversões de risco (em que o trader compra a opção de venda e se desfaz da opção de compra), que de repente mudou de posição para obter lucro (em que vende a opção de venda e adquire a opção de compra).

Com o volume de negociações Delta (simultaneamente comprando e venden-

do opções) nos strikes de US\$ 40.000 e US\$ 3.000, houve a criação de um suporte no mercado à vista nesses níveis, escreveu o QCP.

O fundo disse ainda que uma das razões pelas quais o Bitcoin está enfrentando resistência de US\$ 44.000 no mercado é que uma baleia começou a lucrar com suas opções de compra de US\$ 42.000 de janeiro, enquanto o BTC descia para US\$ 44.000.

“Acreditamos que a atividade de opções ditará cada vez mais os movimentos spot à medida que o mercado de opções continuar a crescer”, escreveu a empresa.

CoinDesk

Alta de 14% da Dogecoin faz traders perderem quase US\$ 12 milhões em poucas horas; entenda



Os traders de Dogecoin (DOGE) perderam quase US\$ 12 milhões em liquidações que ocorreram nas primeiras horas da manhã desta sexta-feira (14) após a meme coin subir 14% nas últimas 24 horas. Os números foram muito maiores do que as liquidações de Bitcoin (BTC) ou futuros de Ethereum (ETH), que geralmente apresentam as maiores perdas entre todos os criptoativos.

As liquidações acontecem quando uma exchange fecha a posição alavancada de um trader como mecanismo de segurança para evitar uma perda parcial ou total da margem inicial. Isso ocorre principalmente na negocia-

Rio de Janeiro estuda aplicar Tesouro em criptomoeda e dar desconto para IPTU pago em Bitcoin

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, falou durante a abertura da Rio Innovation Week na quinta-feira (13) que a prefeitura da cidade pretende investir uma porcentagem do Tesouro em criptomoedas.

“A gente vai lançar o Crypto Rio e aplicar 1% do Tesouro em criptomoeda”, disse ele. Já nesta sexta-feira (14) foi publicado decreto que cria um grupo de trabalho para propor ações relacionadas ao desenvolvimento do mercado cripto com o objetivo de impulsionar a economia carioca nesse universo.

O grupo, coordenado pela Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Inovação e Simplificação, vai estudar formas de esti-

mular o uso das moedas por meio de descontos ao contribuinte, como no pagamento do IPTU, por exemplo.

Segundo nota da prefeitura, as moedas digitais cariocas serão chamadas de Crypto Rio e poderão ajudar na ampliação de recursos para projetos estratégicos da cidade. O texto também confirma o estudo para aplicação do Tesouro em criptomoedas. O resultado do trabalho do grupo será divulgado em 90 dias a contar da publicação do decreto.

No evento de ontem, Paes disse que sua intenção também é fazer investimentos futuros em inovação e tecnologia, como fez a cidade americana, e falou sobre a criação do Porto Maravalley, área do Porto Maravilha com incentivos fiscais para empresas do segmento tech.

CoinDesk



ção de futuros, que rastreia apenas os preços dos ativos, em oposição à negociação à vista, na qual os traders têm os ativos reais.

Quase 65% das liquidações decorreram de venda a descoberto (estratégia que aposta na queda do ativo), representando US\$ 7,66 milhões em perdas. Os traders alavancados que apostaram em uma vantagem perderam outros US\$ 4 milhões em chamadas de margem.

Dados da ferramenta de análise Coinglass mostraram que 60,81 milhões de unidades de Dogecoin foram liquidadas em várias exchanges de criptomoedas. Os produtos futuros que rastreiam a meme coin na corretora OKEx ti-

veram US\$ 7,71 milhões em liquidações, enquanto produtos similares na exchange Binance tiveram US\$ 2,75 milhões em liquidações.

O preço da criptomoeda disparou nesta sexta-feira após anúncio de que a fabricante de carros elétricos Tesla passaria a aceitar DOGE como forma de pagamento para alguns produtos. Os fãs da Tesla agora podem comprar fivelas de cintos, apitos, carregadores e um quadriciclo usando a criptomoeda-meme na loja oficial.

A Dogecoin chegou a ser negociada a US\$ 0,20 na madrugada de sexta-feira, uma alta de 25% em relação ao preço de US\$ 0,16 visto na noite da quinta-feira (13).

CoinDesk

Publicidade Legal

Juros têm leve alta com mercado ponderando Treasuries, fiscal e queda do dólar

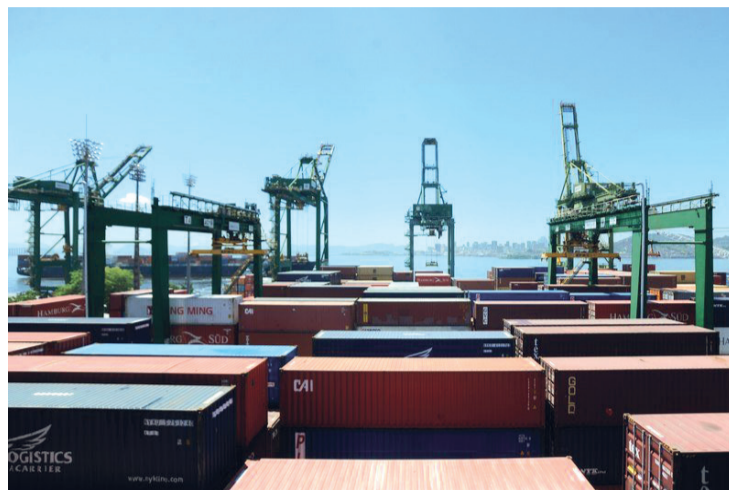
Os juros futuros terminaram em leve alta a sessão desta sexta-feira. O movimento perdeu força na maioria dos contratos no fechamento dos negócios, na medida em que o dólar se firmava em baixa ante o real, para fechar a R\$ 5,5132. O mercado ponderou fatores em várias direções, como a recomposição dos juros dos Treasuries, dados fracos da economia americana, o câmbio aqui bem comportado e o risco fiscal, além das vendas do varejo acima do consenso, embora nenhum deles tenha se destacado para dar uma direção firme para as taxas.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2023 fechou em 11,94% (regular) e 11,95% (estendida), de 11,927% na quinta-feira, e a do DI para janeiro de 2025 passou de 11,183% para 11,225% (regular) e 11,255% (estendida). A taxa do DI para janeiro de 2027 fechou a regular estável em 11,13%, mas subiu a 11,18% na estendida.

Na primeira etapa, o sinal de alta das taxas era mais firme, com a curva acompanhando a avanço do dólar e dos juros dos Treasuries, mas o movimento perdeu força quando saíram os indicadores da indústria e varejo abaixo do esperado nos Estados Unidos no fim da manhã. Por aqui, ao contrário, as vendas do varejo em novembro, a exemplo do que foram na quinta os Serviços, surpreendeu positivamente, mostrando expansão perto do teto das estimativas, quando as medianas apontavam para retração no caso do varejo ampliado e estabilidade para o restrito.

IstoéDinheiro

Balança comercial registra maior superávit da série histórica em 2021



O Indicador de Comércio Exterior (Icomex), divulgado sexta (14) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), aponta que a balança comercial brasileira registrou, no ano passado, o maior superávit da série histórica, no valor de US\$ 61,2 bilhões, US\$ 10,8 bilhões a mais em relação ao saldo de 2020.

A corrente de comércio, que soma exportações mais importações, atingiu recorde de US\$ 500 bilhões, resultado do aumento de 34,2% nas exportações e de 38,2% nas importações em 2021, ante o ano anterior. Segundo a FGV, contribuiu para o aumento das exportações a variação dos preços, que subiram 29,3%, enquanto o volume evoluiu apenas 3,2%. Já nas importações, o volume cresceu 21,9% e os preços aumentaram 13,1%.

As exportações de com-

modities (produtos agrícolas e minerais comercializados no mercado exterior) tiveram participação de 67,7% nas exportações totais, mostrando expansão de 37,3% em valor. Os preços tiveram incremento de 38,9%, contra recuo no volume de 1,8%. Já as exportações de não commodities cresceram 28,1%, resultado do aumento dos preços (12,4%) e do volume (13,5%).

Do mesmo modo, as importações de commodities elevaram sua participação na pauta de 7% para 8,5%, na passagem de 2020 para 2021. Essa alta foi associada a uma variação de 69,5% em valor, com aumento nos preços de 36,4% e no volume de 23%. No caso das não commodities, que explicaram 91,5% das compras externas do Brasil, a variação em valor foi de 35,8%, com aumento no volume de 22% e nos preços de 11,1%.

Alana Gandra/ABR

Petróleo fecha em alta, com menor temor por Ômicron e termina semana com ganhos

Os contratos futuros de petróleo fecharam em alta nesta sexta, 14, encerrando uma semana de ganhos para o barril marcada por uma menor preocupação com os impactos da variante Ômicron do coronavírus para a demanda.

IstoéDinheiro

No atual estágio, uma nova liberação de reservas é discutida por países consumidores, com destaque para a China, que registrou um aumento nas importações de petróleo em dezembro.

O petróleo WTI com entrega prevista para fevereiro fechou em alta de 2,07% (US\$ 1,70), a US\$ 83,82 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), enquanto o Brent para março subiu 1,88% (US\$ 1,59), a US\$ 86,06 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE). Na semana, os contratos mais líquidos acumularam ganho de 6,23% e 5,27%, respectivamente.

Kallas Incorporações e Construções S.A.

CNPJ/ME 09.146.451/0001-06 – NIRE 35.300.358.996 – Companhia Aberta

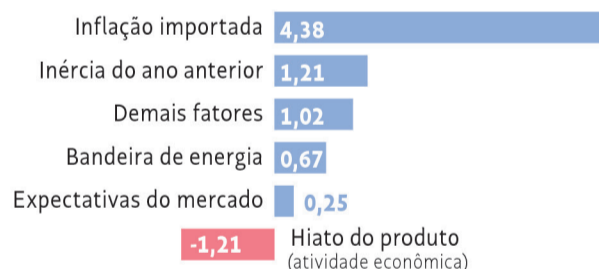
Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 04 de dezembro de 2021

1. **Data, hora e local.** Realizada no dia 04 de dezembro de 2021, às 11:00 horas, na sede social da Kallas Incorporações e Construções S.A. ("Companhia"), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua João Lourenço, nº 432, sala 30, Vila Nova Conceição, CEP 04508-030. 2. **Convocação e Presença.** Dispensada a convocação desta Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), na forma do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas. 3. **Mesa.** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Emilio Rached Esper Kallas, e secretariados por Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão, nos termos do artigo 10, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia. 4. **Ordem do Dia.** Deliberar sobre (i) o Instrumento de Protocolo e Justificação da Incorporação da Kallas Brooklin Empreendimentos Imobiliários Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua João Lourenço, nº 432, sala 17, CEP 04508-030, Vila Nova Conceição, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.032.264/0001-00, com seu contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("Incorporada"), pela Companhia ("Protocolo"); (ii) a ratificação da nomeação e contratação da empresa especializada RSM BPS SP Serviços Contábeis Sociedade Simples Ltda., sociedade limitada com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Araguaia, nº 2.190, sala 1.608, 16º andar, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 33.533.483/0001-49, registrada no Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo sob o nº 2SP040.522/O-7 ("Avaliadora"), para elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Incorporada ("Avaliação"); (iii) o laudo de avaliação do valor contábil do patrimônio líquido da Incorporada em 31 de agosto de 2021 ("Data Base"), elaborado pela Avaliadora ("Laudo de Avaliação"); (iv) a incorporação da Incorporada pela Companhia, com a consequente extinção da Incorporada e a versão da integralidade do seu patrimônio para a Companhia, nos termos do Protocolo ("Incorporação"); e (v) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários e/ou convenientes à efetivação e implementação das matérias aprovadas pelos acionistas da Companhia nesta Assembleia. 5. **Deliberações:** Após discussão das matérias da ordem do dia, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer reservas ou ressalvas, autorizaram a lavratura da ata desta Assembleia na forma de sumário, bem como sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, §§ 1º e 2º, da Lei das S.A., e deliberaram o quanto segue: 5.1. Aprovar, por unanimidade dos votos, sendo 105.293 votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário, o Protocolo, na forma do Anexo I à presente ata, celebrado pela administração da Companhia em 04 de dezembro de 2021, nos termos dos artigos 224 e 225 da Lei das S.A. 5.2. Aprovar, por unanimidade dos votos, sendo 105.293 votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário, a ratificação da nomeação e contratação da Avaliadora para elaborar o Laudo de Avaliação do patrimônio líquido da Incorporada, pelo critério de valor contábil, na Data Base, nos termos do artigo 227 da Lei das S.A. 5.3. Aprovar, por unanimidade dos votos, sendo 105.293 votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário, o Laudo de Avaliação preparado pela Avaliadora, na forma do Anexo II à presente ata. 5.3.1. Consignar que, conforme indicado no Laudo de Avaliação, a Avaliadora apurou que, na Data Base, o valor contábil do patrimônio líquido da Incorporada, a ser vertido para a Companhia, era de R\$ 42.117,89 (quarenta e dois mil, cento e dezesseite reais e oitenta e nove centavos). 5.4. Aprovar, por unanimidade dos votos, sendo 105.293 votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário, a Incorporação da Incorporada pela Companhia, na forma do Protocolo e nos termos do artigo 227 da Lei das S.A. 5.4.1. Consignar que a Incorporação acarretará a extinção da Incorporada e a versão integral, para a Companhia, do seu acervo líquido patrimonial. 5.4.2. Consignar que a Companhia é titular da totalidade das quotas de emissão da Incorporada, de modo que a Incorporação não resultará em aumento do capital social da Incorporadora e, consequentemente, não haverá emissão de novas ações e tampouco qualquer relação de substituição de ações. 5.4.3. Consignar, ainda, que a Incorporação não ensejará qualquer direito de recasso aos acionistas da Companhia, uma vez que a legislação aplicável limita tal direito aos acionistas da Incorporada. 5.5. Autorizar, por unanimidade dos votos, sendo 105.293 votos favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário, os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários e/ou convenientes à efetivação e implementação das matérias aprovadas pelos acionistas da Companhia nesta Assembleia. 6. **Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata que, lida, conferida e achada conforme, foi por todos assinada. Mesa: Emilio Rached Esper Kallas, Presidente, e Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão, Secretária. Acionistas: Emilio Rached Esper Kallas; Raphael Esper Kallas; Thiago Esper Kallas; Ther Gold Participações e Administração S.A. Confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 04 de dezembro de 2021. Mesa: Emilio Rached Esper Kallas, Presidente; Monique Eloize Carneiro da Silva Brandão, Secretária. Acionistas Presentes: Emilio Rached Esper Kallas; Raphael Esper Kallas; Thiago Esper Kallas; Ther Gold Participações e Administração S.A. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 5.621/22-7 em 12/01/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Inflação importada pesou na alta de preços em 2021

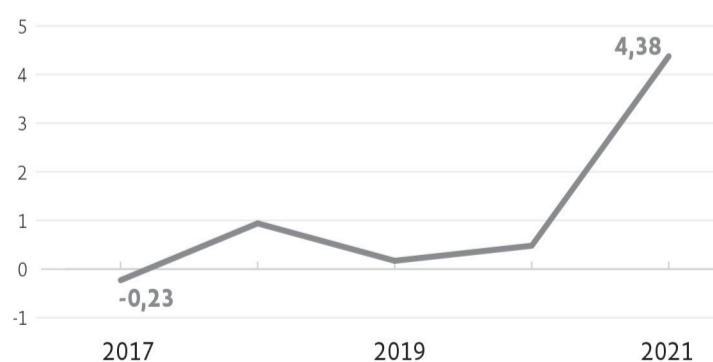
Peso de cada item no desvio da meta

Em pontos percentuais



Peso da inflação importada em outros anos

Em pontos percentuais



Fonte: Banco Central

Data Mercantil

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Zeldris Empreendimentos e Participações S.A.

(em fase de organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição

1. **Data, hora e local:** No dia 13 de outubro de 2021, às 16:00 horas, realizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França, CEP 02337-080. 2. **Presença:** A totalidade dos subscritores do capital social inicial da Companhia em organização, devidamente qualificados nos Boletins de Subscrição, que constituem o documento nº 01, anexo à ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, a saber, Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. 3. **Mesa:** Presidente: Edson Vicente da Silva Filho; Secretária: Gabriela Albuquerque Pace. 4. **Convocação:** Dispensada a convocação prévia consoante ao disposto no parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **Ordem do dia:** Discutir e deliberar sobre: (i) a constituição de uma sociedade por ações fechada sob a denominação **Zeldris Empreendimentos e Participações S.A.**; (ii) a aprovação do projeto do Estatuto Social que regerá os atos da Companhia; (iii) a eleição dos membros da Diretoria da Companhia; e (iv) outros assuntos de interesse. 5. **Deliberações:** 6.1 Aprovar a constituição de uma sociedade anônima sob a denominação de **Zeldris Empreendimentos e Participações S.A.** com Sede e Foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França – CEP 02337-080. 6.2 Aprovar o capital social inicial de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), representado por 750 (setecentos e cinquenta ações) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas neste ato. O Capital está integralizado em 10% (dez por cento), tendo sido constatada a realização em dinheiro, de R\$ 75,00 (cento e cinquenta reais) depositados em conta vinculada no Banco Bradesco S/A., nos termos dos artigos 80, III e 81 da Lei nº 6404/76, tudo de acordo com os Boletins de Subscrição e o Recibo de Depósito que constituem os documentos nºs. 01 e 02 anexos a Ata a que se refere esta Assembleia de Constituição. 7. Aprovar o projeto de Estatuto Social da Companhia, cuja redação consolidada constitui o documento nº 03 anexo à ata a que se refere esta Assembleia de Constituição, dando-se assim por efetivamente constituída a **Zeldris Empreendimentos e Participações S.A.** em razão do cumprimento de todas as formalidades legais. 8. Eleger o Sr. **Edson Vicente da Silva Filho**, brasileiro, natural do município de São Paulo, casado, sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 48.351.732-X (SSP-SP) e inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob nº 366.209.668.45, com endereço residencial na Rua Feliciano Bicudo, 111 – Vila Pauliceira – CEP 02301-020, para o cargo de Diretor Presidente, e a Sra. **Gabriela Albuquerque Pace**, brasileira, natural do município de São Paulo, casada, sob regime de comunhão parcial de bens, estudante, portadora da cédula de identidade RG nº 44.072.471-5 SSP-SP e titular do CPF nº 352.021.748-10 com endereço residencial na Rua Feliciano Bicudo, 111 – Vila Pauliceira – CEP 02301-020, para o cargo de Diretora sem designação específica, ambos com mandato de 2 (dois) anos, os quais declaram não estarem incursos em nenhum dos crimes previstos em lei que os impeçam de exercer atividade mercantil, e ato contínuo tomaram posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia. 9. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Assembleia na forma sumária, nos termos do artigo 130, do parágrafo 1º da Lei 6404/76. 6. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta Assembleia, que foi aprovada pela unanimidade dos subscritores da Companhia. 7. **Acionistas:** Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 13 de outubro de 2021. Edson Vicente da Silva Filho, Presidente; Gabriela Albuquerque Pace, Secretária. **Zeldris Empreendimentos e Participações S.A.** (em fase de organização) Ata da Assembleia Geral de Constituição, realizada em 13 de outubro de 2021. **Estatuto Social, Zeldris Empreendimentos e Participações S.A. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Foro, Prazo de Duração e Objeto. Artigo 1º.** A **Zeldris Empreendimentos e Participações S.A.** é uma sociedade anônima, que se regerá pelas leis e usos do comércio, por este estatuto social e pelas disposições legais e aplicáveis. **Artigo 2º.** A sociedade terá por objeto a) Administração de imóveis próprios, e b) Participação em outras sociedades civis ou comerciais, como sócia, acionista ou quotista (holding). **Artigo 3º.** A Companhia tem sede e foro na Cidade do São Paulo, Estado do São Paulo, Rua Padre Luciano, 97 – Jardim França – CEP 02337-080, São Paulo, Estado de São Paulo, podendo por deliberação da Diretoria, criar e extinguir filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios de representação em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Artigo 4º.** Os jornais que a empresa utiliza para publicação de seus atos e documentos é o Diário Oficial do Estado e o jornal Data Mercantil. **Artigo 5º.** A Companhia iniciará suas atividades em 13 de outubro de 2021, e seu prazo de duração será indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e Ações. Artigo 6º.** O Capital Social da Companhia é de R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), dividido em 750 (setecentos e cinquenta ações) ordinárias todas nominativas e sem valor nominal. **§ 1º.** Todas as ações da Companhia serão nominativas, facultada adoção da forma escritural, em conta corrente

de depósito mantida em nome de seus titulares, junto à instituição financeira indicada pela Diretoria, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o parágrafo 3º do artigo 35 da Lei 6.404/76. **§ 2º.** A cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais. **§ 3º.** A capitalização de lucros ou de reservas será obrigatoriamente efetivada sem modificação do número de ações. O grupamento e o desdobramento de ações são também expressamente proibidos, exceto se previamente aprovado em Assembleia Especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **§ 4º.** Poderão ser emitidas sem direito de preferência para os antigos acionistas, ações, debêntures ou partes beneficiárias conversíveis em ações e bônus de subscrição cuja colocação seja feita por uma das formas previstas no artigo 172 da Lei 6.404/76, desde que a eliminação do direito de preferência seja previamente aprovada em Assembleia especial, por acionistas representando a maioria das ações ordinárias. **§ 5º.** A alteração deste Estatuto Social na parte que regula a diversidade de espécies e/ou classes de ações não requererá a concordância de todos os titulares das ações atingidas, sendo suficiente a aprovação de acionistas que representem a maioria tanto do conjunto das ações com direito a voto, quando de cada espécie ou classe. **§ 6º.** A emissão de debêntures conversíveis, bônus de subscrição, outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações e partes beneficiárias, estas conversíveis ou não, bem como a outorga de opção de compra de ações dependerá da prévia aprovação de acionistas representando a maioria das ações de cada espécie ou classe de ações. **Artigo 7º.** Os certificados representativos das ações serão sempre assinados por dois Diretores, ou mandatários com poderes especiais, podendo a Companhia emitir títulos múltiplos ou cautelares. **Parágrafo Único.** Nas substituições de certificados, bem como na expedição de segunda via de certificados de ações nominativas, será cobrada uma taxa relativa aos custos incorridos. **Artigo 8º.** O montante a ser pago pela Companhia a título de reembolso pelas ações detidas por acionistas que tenham exercido direito de retirada, nos casos autorizados por lei, deverá corresponder ao valor econômico de tais ações, a ser apurado de acordo com o procedimento de avaliação aceita pela Lei nº 9.457/97, sempre que tal valor for inferior ao valor patrimonial apurado de acordo com o artigo 45 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 9º.** A Companhia só registrará a transferência de ações se forem observadas as disposições pertinentes do Acordo de Acionistas, desde que esteja arquivado em sua sede. **Capítulo III – Da Administração. Artigo 10º.** A companhia será administrada por uma Diretoria, composta por 2 (dois) Diretores, sendo um Diretor – Presidente e um Diretor sem designação específica, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, observado o disposto neste Estatuto. **§ 1º.** O mandato da Diretoria será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição, sendo o mandato prorrogado, automaticamente, até a eleição e posse dos respectivos substitutos. **§ 2º.** A investidura dos Diretores far-se-á mediante termo lavrado no livro de “Atas das Reuniões da Diretoria”. Os Diretores reeleitos serão investidos nos seus cargos pela própria Assembleia Geral, dispensadas quaisquer outras formalidades. **§ 3º.** Em caso de vaga, será convocada a Assembleia Geral para eleição do respectivo substituto, que completará o mandato do Diretor substituído, com observância dos direitos de eleição em separado previstos no § 2º do artigo 5º deste Estatuto. **§ 4º.** Em suas ausências ou impedimentos eventuais, os Diretores serão substituídos por quem vierem a indicar. **§ 5º.** Compete a Diretoria conceder licença aos Diretores, sendo que esta não poderá exceder a 30 (trinta) dias, quando remunerada. **§ 6º.** A remuneração dos Diretores será fixada pela Assembleia Geral, em montante global ou individual, ficando os Diretores dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão. **Artigo 11º.** A Diretoria terá plenos poderes de administração e gestão dos negócios sociais, para a prática de todos os atos e realização de todas as operações que se relacionarem com o objeto social, observado o disposto neste Estatuto. **§ 1º.** Além das demais matérias submetidas a sua apreciação por este Estatuto, compete à Diretoria, reunida em colegiado: a) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; b) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examiná-la, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos; c) Manifestar-se previamente sobre os relatórios, contas e orçamentos e propostas elaboradas pelos Diretores para apresentação à Assembleia Geral; e d) Distribuir entre os membros da Diretoria, a verba global dos Diretores, fixarem em Assembleia Geral, se for o caso. **§ 2º.** A Diretoria reunir-se-á preferencialmente na Sede Social, sempre que convier aos interesses sociais, por convocação escrita, com indicação circunstanciada da ordem do dia, subscrita pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 3 (três) dias, exceto se a convocação e/ou o prazo forem renunciados, por escrito, por todos os Diretores. **§ 3º.** A Diretoria somente se reunirá com a presença de, no mínimo, 2 (dois) Diretores, considerando-se presente o Diretor que enviar voto escrito sobre as matérias objeto da ordem do dia. **§ 4º.** As decisões da Diretoria serão tomadas pelo voto favorável da maioria de seus membros presentes à reunião. **§ 5º.** As reuniões da Diretoria serão objeto de atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio. **Artigo 12º.** Os Diretores terão a representação ativa e passiva da Companhia, incumbindo-lhes executar e fazer executar, dentro das respectivas atribuições, as deliberações tomadas pela Diretoria e pela Assembleia Geral, nos limites estabelecidos pelo presente Estatuto. **Artigo 13º.** A Companhia somente poderá assumir obrigações, renunciar a direitos, transigir, dar

quitação, alienar ou onerar bens do ativo permanente, bem como emitir, garantir ou endossar cheques ou títulos de crédito, mediante instrumento assinado pelo Diretor Presidente, isoladamente, por 2 (dois) Diretores, em conjunto, por 1 (um) Diretor e 1 (um) mandatário ou, ainda, por 2 (dois) mandatários, constituídos especialmente para tal, observados quanto à nomeação de mandatários o disposto no parágrafo 1º deste artigo. **§ 1º.** Os instrumentos de mandato outorgados pela Companhia serão sempre assinados pelo Diretor Presidente, isoladamente, ou por 2 (dois) Diretores, devendo especificar os poderes concedidos e terão prazo certo de duração, limitado há um ano, exceto no caso de mandato judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. **§ 2º.** Excepcionalmente, a Companhia poderá ser representada nos atos a que se refere o *Caput* deste artigo mediante a assinatura isolada de um Diretor ou de um mandatário, desde que haja, em cada caso específico, autorização expressa da Diretoria. **Capítulo IV – Assembleia Geral. Artigo 14º.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses subsequentes ao término do exercício social para fins previstos em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem. **§ 1º.** A Assembleia Geral poderá ser convocada, na forma da lei, por quaisquer 2 (dois) Diretores e será presidida pelo Diretor Presidente, que designará um ou mais secretários. **§ 2º.** As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, e neste estatuto, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. **§ 3º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por mandatários nomeados na forma do § 1º do artigo 126 da Lei 6.404/76, devendo os respectivos instrumentos de mandato ser depositados, na sede social, com 03 (três) dias de antecedência da data marcada para realização da Assembleia Geral. **Capítulo V – Conselho Fiscal. Artigo 15º.** O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado quando por solicitação dos acionistas na forma da Lei, e será composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia geral em que for requerido o seu funcionamento. **§ 1º.** Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito a remuneração a ser fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **§ 2º.** As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Capítulo VI – Exercício Social e Lucros. Artigo 16º.** O exercício social terminará no dia 02 de março de cada ano. Ao fim de cada exercício a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as demonstrações financeiras previstas em Lei, observadas as normas então vigentes, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. **Artigo 17º.** Do resultado apurado no exercício, após a dedução dos prejuízos acumulados, se houver, 5% (cinco por cento) serão aplicados na constituição da reserva legal, a qual não excederá o importe de 20% (vinte por cento) do capital social. Do saldo, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, se existente, 25% (vinte e cinco por cento) serão atribuídos ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório. **§ 1º.** Atribuir-se-á Reserva para Investimentos, que não excederá a 80% (oitenta por cento) do Capital Social subscrito, importância não inferior a 5% (cinco por cento) e não superior a 75% (setenta e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive através da subscrição de aumentos de capital, ou a criação de novos empreendimentos. **§ 2º.** O saldo do lucro líquido ajustado, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral. **Artigo 18º.** Os dividendos atribuídos aos acionistas serão pagos nos prazos da lei, somente incidindo correção monetária e/ou juros se assim for determinado pela Assembleia Geral, e, se não reclamados dentro de 3 (três) anos contados da publicação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 19º.** A Companhia poderá levantar balanços semestrais, ou em períodos menores, e declarar, por deliberação da Assembleia Geral, dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços, por conta do total a ser distribuído ao término do respectivo exercício social, observadas as limitações previstas em lei. **§ 1º.** Ainda por deliberação da Assembleia Geral, poderão ser declarados dividendos intermediários, à sua conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço levantado, inclusive à conta da reserva para Investimentos a que a que se refere o § 1º do artigo 16. **§ 2º.** Também, mediante decisão da Assembleia Geral, os dividendos ou dividendos intermediários poderão ser pagos a título de juros sobre o capital social. **§ 3º.** Dividendos intermediários deverão sempre ser creditados e considerados como antecipação do dividendo obrigatório. **Capítulo VII – Liquidação. Artigo 20º.** A Companhia somente será dissolvida e entrará em liquidação por deliberação da Assembleia Geral ou nos demais casos previstos em lei. **§ 1º.** A Assembleia Geral que deliberar sobre a liquidação caberá nomear o respectivo liquidante e fixar-lhe a remuneração. **§ 2º.** A Assembleia Geral, se assim solicitarem acionistas que representem o número fixado em lei, elegerá o Conselho Fiscal, para o período da liquidação. **Acionistas:** Gabriela Albuquerque Pace e Edson Vicente da Silva Filho. Certifico que a presente Ata é cópia fiel da via lavrada em livro próprio. São Paulo, 13 de outubro de 2021. Edson Vicente da Silva Filho, Presidente; Gabriela Albuquerque Pace, Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o NIRE 35.300.581.296 em 29/11/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

GPS Participações e Empreendimentos S.A.

CNPJ/ME nº 09.229.201/0001-30 – NIRE 35.300.350.120 – Companhia Aberta

Ata de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 10 de janeiro de 2022

Data, Hora e Local: Reunião realizada no dia 10 de janeiro de 2022, às 14:00 horas, na modalidade digital, e assim considerada realizada na sede social da GPS Participações e Empreendimentos S.A., localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Miguel Frias e Vasconcelos, nº 1.215, 2º andar, Jaguaré, CEP 05345-000 (“Companhia” ou “GPS”). **Presenças:** Presentes os membros do Conselho de Administração da Companhia (“CA-GPS”), a saber, senhores José Caetano Paula de Lacerda, Marcos Luiz Abreu de Lima, Piero Paolo Picchioni Minardi, Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho, representado por procuração outorgada em favor de Otavio Yazbek, a qual ficará arquivada no Livro de Registro de Atas de Reuniões do CA-GPS, Otavio Yazbek, Amaury Guilherme Bier e o Conselheiro Suplente, senhor Luis Carlos Martinez Romero, nos exatos termos da previsão contida no parágrafo 6º do artigo 15 do Estatuto Social da GPS e do parágrafo 2º do artigo 5º do Regulamento Interno do Conselho de Administração, os quais participaram remotamente nos termos do parágrafo 3º do artigo 18 do Estatuto Social da GPS e dos parágrafos 1º e 2º do artigo 12 do Regulamento Interno do Conselho de Administração. **Convocação:** Realizada nos termos do parágrafo 1º do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do parágrafo único do artigo 9º e do artigo 10º do Regulamento Interno do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Daniel Barreto Negri. **Ordem do Dia:** PD.CA_GPS-001-2022: análise, deliberação e aprovação da Proposta de Aquisição, pela Graber Sistemas de Segurança Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 87.169.900/0001-45, (“Graber”), controlada da Companhia, de 100% (cem por cento) das quotas de emissão das sociedades Force Vigilância Ltda., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 02.601.159/0001-97 e Force Serviços Terceirizados EIRELI, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.755.923/0001-00 (“Aquisição” e “Force”, respectivamente), bem como autorização para que a Diretoria da Companhia tome todas as medidas que se façam necessárias à formalização da referida Aquisição, caso aprovada. **Discussões e Deliberações:** após análise e discussão da matéria constante da ordem do dia, que teve por base a apresentação disponibilizada previamente no Portal do CA-GPS, contendo o resumo das razões e condições de Aquisição, incluindo o preço de compra, a forma de pagamento e a minuta de Contrato de Compra e Venda de Quotas, dentre outras informações, os senhores Conselheiros aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas, nos termos do artigo 21, incisos (xvii) e (xxiv) do Estatuto Social da GPS, a Aquisição, pela Graber, da totalidade das quotas de emissão da Force, a ser formalizada mediante a assinatura de Contrato de Compra e Venda de Quotas, no âmbito do qual a Companhia figurará como interveniente garantidora, observado que a conclusão da Aquisição estará sujeita à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e pelo Ministério da Justiça – DPF, dentre outras condições precedentes. Em sequência, os senhores Conselheiros autorizaram a Diretoria da GPS a tomar todas as medidas que se façam necessárias para a formalização da Aquisição. **Lavratura:** Foi autorizada, por unanimidade de votos, a lavratura da presente ata na forma de sumário, com a omissão das assinaturas dos senhores Conselheiros. Os Senhores Conselheiros presentes deliberaram ainda que: (i) a assinatura da presente Ata por meio eletrônico ou digital é válida e plenamente eficaz; (ii) ainda que venham a assiná-la digitalmente em local diverso, o local de assinatura é considerado, para todos os fins, como sendo na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, onde está localizada a sede da Companhia; e (iii) será considerada data de assinatura, para todos os fins e efeitos, a data da presente reunião, independentemente da data que constar na assinatura digital. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata para aprovação e assinatura de todos os presentes. São Paulo, 10 de janeiro de 2022. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: José Caetano Paula de Lacerda; Secretário: Daniel Barreto Negri. Membros do Conselho de Administração: José Caetano Paula de Lacerda; Marcos Luiz Abreu de Lima; Piero Paolo Picchioni Minardi; Otavio Yazbek, assinando em nome de Luiz Chrysostomo de Oliveira Filho; Otavio Yazbek; Amaury Guilherme Bier e Luis Carlos Martinez Romero. (confere com o original lavrado em livro próprio). **José Caetano Paula de Lacerda** – Presidente; e **Daniel Barreto Negri** – Secretário.

comercial@datamercantil.com.br

Moedas Globais: índice DXY do dólar avança, em dia com dados e discursos do Fed

O índice DXY, que mede o dólar ante uma cesta de moedas fortes, avançou nesta sexta-feira, em meio a indicadores importantes dos Estados Unidos e a declarações de dirigentes do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano). Além disso, o iene esteve em foco, em meio a especulações sobre a política monetária do Banco do Japão (BoJ, na sigla em inglês). No fim da tarde em Nova York, o dólar subiu a 114,18 ienes, o euro tinha baixa a US\$ 1,1417 e a libra caiu a US\$ 1,3682. O DXY subiu 0,40%, a 95,165 pontos, e na comparação semanal recuou 0,58%. O DXY recuava no início do dia, ampliando perdas re-

centes. O iene chegou a ganhar fôlego, com relatos de que o BoJ começa a avaliar a possibilidade de elevar juros adiante, mas não sustentou o movimento.

O DXY inverteu o sinal pela manhã e ganhou um pouco de fôlego após a Casa Branca anunciar três nomes indicados pelo presidente dos EUA, Joe Biden, para o Fed.

Para o Citi, os nomes devem fazer um Fed ser “um pouco mais dovish”, mas não alteram a perspectiva de alta de juros adiante no quadro atual. O movimento do câmbio se exacerbou, após a pesquisa da Universidade de Michigan mostrar os consumidores esperando mais inflação no país.

Cotação das moedas



Coroa (Suécia) - 0,6192
Dólar (EUA) - 5,5291
Franco (Suíça) - 6,0703
Iene (Japão) - 0,04842
Libra (Inglaterra) - 7,5886
Peso (Argentina) - 0,05325
Peso (Chile) - 0,006768
Peso (México) - 0,2714
Peso (Uruguai) - 0,1237
Yuan (China) - 0,8687
Rublo (Rússia) - 0,07235
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,3347

IstoéDinheiro

Negócios

Rei do Pitaco levanta R\$ 180 milhões para criar a 'Draftkings brasileira'



O Rei do Pitaco acaba de levantar R\$ 180 milhões para replicar no Brasil o que a gigante de apostas Draftkings fez nos Estados Unidos. Para isso, a startup está começando com um pequeno pedaço do negócio: um 'fantasy game' de futebol com apostas de curto prazo e prêmios em dinheiro.

[Glossário para quem

nunca jogou: Num fantasy game, o usuário escala um time virtual com jogadores de futebol da vida real, escolhendo atacantes, meias, zagueiros e o goleiro. O usuário em seguida ganha pontos dependendo de como esses jogadores performarem nas partidas da vida real. Exemplo: Se o jogador marcar um gol, são 10 pontos; se der uma assistência, 5, e assim por diante.]

Aliansce torna pública oferta para se unir à brMalls, mas administradora de shopping recusa fusão



A rodada Série A foi liderada pela D1 Capital Partners — o hedge fund americano que já investiu na Robinhood e na Warby Parker — e teve a participação da também americana Left Lane Capital e da Globo Ventures.

Também participaram da rodada a Kaszek e a inglesa Bullpen Capital, que já haviam investido no seed.

Essa é a segunda rodada da empresa desde que ela foi fundada em 2019 por dois programadores aficionados por esportes: Mateus Dantas e Kiko Augusto.

A companhia nasceu sem grandes pretensões. No início, os dois tocavam o negócio nas horas vagas entre o trabalho e o estudo, e captaram os primeiros usuários na base da insistência.

Kiko e Mateus entravam nas redes sociais do Cartola — outro 'fantasy game' de futebol controlado pela Globo —, viam quem curti e comentava os posts e mandavam mensagens no direct para apresentar seu novo jogo.

A receita do Rei vem de uma taxa em cima do valor arrecadado com as inscrições nas ligas. A empresa fica com 15% a 25% do total das apostas e distribui o grosso em prêmios.

Brazil Journal

TAP vai fechar subsidiária de serviços de manutenção no Brasil

A TAP anunciou, nesta quarta, o encerramento das atividades da TAP Manutenção e Engenharia, braço operacional do grupo no Brasil.

A medida, informou a companhia aérea portuguesa, é parte dos compromissos que assumiu no plano de reestruturação firmado com a Comissão Europeia em 22 de dezembro.

A saída da TAP do mercado de manutenção não interfere no funcionamento de voos da aérea para o país, seu principal mercado internacional e que vem recebendo mais atenção nos últimos meses.

Em comunicado, a empresa afirma que as atividades serão encerradas apenas depois que todos os serviços

de manutenção já contratados ou em andamento sejam concluídos.

A partir desta quarta, a subsidiária brasileira da TAP já não aceita novos contratos. A saída da TAP Manutenção e Engenharia vai afetar a vida de 500 funcionários.

A presidente-executiva da TAP, Christine Ourmières-Widener, afirmou nesta quarta, em entrevista à Agência Lusa, que o encerramento das atividades do braço de manutenção e engenharia do grupo no Brasil "não é uma decisão fácil".

E acrescentou que está conversando com os funcionários brasileiros que perderão o emprego para garantir que a decisão não afete tanto suas vidas.

O Globo



A operadora de shopping centers Aliansce Sonae tornou pública na madrugada desta sexta-feira (14) a sua proposta de fusão com a rival brMalls, cujo interesse havia sido anunciado no final de dezembro. Mas a brMalls descartou o acordo.

Pela proposta de combinação de negócios feita pela Aliansce, os acionistas da brMalls receberiam R\$ 1,35 bilhão em dinheiro, equivalente a cerca de 20% do valor de mercado da empresa, além de cerca de 265 milhões de novas ações ordinárias da Aliansce, ou 50% de seu capital social. Com isso, a relação de troca seria de aproximadamente 0,32 ação ordinária da Aliansce para cada ação ordinária da BR Malls.

Dessa forma, a empresa resultante da fusão teria uma composição de 50%-50%.

Em fato relevante publicado horas depois, na manhã desta sexta-feira (14), a brMalls descartou o acordo. Segundo a companhia, o seu conselho de administração decidiu, por unanimidade, recusar a proposta, que havia sido enviada à empresa no último dia 4.

Segundo a brMalls, a proposta "subavalia, consideravelmente, o valor econômico justo" da companhia e de seu portfólio de ativos, não atendendo aos melhores interesses dos acionistas.

A recusa acontece em um momento complicado para a administradora de shoppings. Conforme reportagem do jornal Folha de S.Paulo, os shoppings vão enfrentar este

ano muitos testes de estresse: as dúvidas sobre o avanço da pandemia, o ano eleitoral e seus reflexos sobre a confiança do consumidor e especialmente as condições macroeconômicas desfavoráveis, com a massa salarial em queda e a pressão inflacionária.

Ao mesmo tempo, parte das lojas satélites, de até 200 m², começa a migrar para a rua ou para strip malls (como são chamadas galerias a céu aberto), na tentativa de escapar do reajuste do aluguel pelo IGP-M, que em alguns casos chega a 47%.

A Aliansce Sonae tem atualmente um valor de mercado de R\$ 5,21 bilhões, enquanto o da brMalls chega a R\$ 6,85 bilhões, segundo dados do software de trading e análise financeira Refinitiv Eikon.

Danielle Madureira/Folhapress